

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AUTISMO: TEORIA E PRÁTICA PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

PACHECO, Solange.¹
RU 348365

INOCÊNCIO, Kellin Cristina Melchior Inocêncio²

RESUMO

A referida pesquisa, “Educação Inclusiva e autismo: teoria e prática para o processo de alfabetização”. Explora conhecimentos e dados que possibilita a compreensão do desenvolvimento educativo da criança autista dentro do ambiente escolar do ensino regular. A pesquisa intitulada apresenta como objetivo geral demonstrar possibilidades e abordagens metodológicas que auxiliam a construção do processo de ensino e aprendizagem voltada para a alfabetização e letramento de crianças com TEA, o objetivo específico, descrever a importância da linguagem na relação com o outro, as possíveis possibilidades de aprendizagem e identificar os direitos adquiridos perante a Lei para pessoas com autismo. A pesquisa se justifica em duas esferas, educacional e social. Na educacional, pela relevância de sua contribuição aos docentes, sobretudo alfabetizadores, bem como a equipe pedagógica diretiva da educação regular básica de ensino. Nessa perspectiva a mesma busca explanar possibilidades metodológicas articuladas ao processo de ensino e aprendizagem da alfabetização de criança PAEE – Público-alvo da educação especial e inclusiva, enfocando nos estudantes com laudo de TEA. Neste viés, o desenvolvimento desses estudantes frente a construção da alfabetização se torna o cerne da pesquisa, incluindo aspectos cognitivos e sociais. Na segunda esfera, o aspecto social é enaltecido, buscando a pesquisa se justificar na contribuição que os possíveis resultados tendem a exercer em diferentes cenários, auxiliando na construção da autonomia dessas crianças e seus familiares. Nessa perspectiva, a pesquisa se volta para a metodologia bibliográfica, embasando em Serra, (2018), Inocencio, (2020), Orrú, (2012). Acreditamos como possível resultados que há um despreparo neste âmbito escolar sobre o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes com transtorno espectro autismo, pois não basta existir leis que assegura a inclusão do aluno, ela precisa ser cumprida. Para ser possível esse processo significativo de inclusão nas escolas com a educação inclusiva, em especial, com o espectro autismo, é importante que ocorra mudanças no âmbito educacional, que a escola, em especial o professor passem por capacitação, sejam preparados para poder atender com equidade todos os estudantes no ambiente escolar

Palavras-chave: Inclusão; Autismo; Alfabetização.

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso Pedagogia – 2020.

² Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER.

1. INTRODUÇÃO

A referida pesquisa sobre a Educação Inclusiva e Autismo, articulado ao processo de alfabetização de crianças, busca explicar acerca das possibilidades metodológicas que auxiliam na construção do processo de alfabetização e letramento da criança PAEE – Público-alvo da educação especial de inclusiva, sobretudo, nas crianças com laudo de TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Para tanto, é relevante tomarmos conhecimento que o Transtorno de Espectro Autista (TEA) surgiu na década de 1940, pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner, por meio de suas pesquisas dedicadas aos comportamentos de crianças que apresentavam dificuldades de relacionamento interpessoais, com atitudes peculiares e por ele, consideradas estranhas.

A partir desse cenário, diversos estudos foram realizados ao longo do tempo e em diferentes partes do mundo para desvendar as peculiaridades do autismo, entretanto, apesar dos avanços, médicos e pesquisadores não encontram soluções definitivas que previnam ou extingam o transtorno. Assim, nós da área da educação caminhamos ao encontro da escola inclusiva, com a tentativa de atender aos estudantes diagnosticados com autismo, além de promover o desenvolvimento a partir de aspectos considerados relevantes para todo o processo de escolarização, como o cognitivo e as relações sociais dentro e fora da escola.

Nessa conjuntura, o referido estudo buscou concentrar como locus de estudo a alfabetização e o letramento dos estudantes autistas, a fim de contribuirmos metodologicamente na construção desse processo. Dessa maneira, um questionamento tomou cerne da pesquisa: “É possível todos os estudantes diagnosticados por autismo serem alfabetizados? E mais, é possível que construam bons relacionamentos com os atores que constituem a escola?” Certamente, esses são pontos que se articulam com os desafios de diversas ordens e que estão nas escolas, sobretudo a formação continuada de professores.

A partir das constatações referentes a temática, a pesquisa se justifica com a relevância de sua contribuição ao processo de formação docente, sobretudo alfabetizadores.

Assim, a referida pesquisa apresenta como objetivos demonstrar possibilidades e abordagens metodológicas que auxiliam na construção do processo de ensino e aprendizagem voltada para a alfabetização e letramento de

criança com Transtorno Espectro Autista, além de apresentar a importância da linguagem na relação com o outro e de identificar os direitos adquiridos perante a lei para pessoas com TEA.

Este trabalho de conclusão de curso apresentado à graduação de pedagogia é uma pesquisa de abordagem metodológica qualitativa bibliográfica, que buscou conhecer a importância da educação inclusiva nas escolas e no processo de alfabetização e letramento de crianças com TEA no primeiro ciclo do ensino fundamental I. A construção desse processo de aprendizagem se deu com base em estudiosos como: Serra (2018), que fala sobre os percursos da linguagem, Orrú (2012), que explana acerca da importância do contato com o outro, Santos (2016), se embasa em Vygotsky (1983), e traz a contribuição com a sociedade e o desenvolvimento do homem, que estão plenamente ligados, como também Cancino e Kaufmann (2018), que defende a ideia de que a base para a aprendizagem está articulada a atenção.

Nessa perspectiva, abordamos concepções significativas tanto para a relação da educação inclusiva como na perspectiva da alfabetização das crianças com TEA, a partir de subtítulos como o autismo, linguagem e alfabetização e a legislação voltada para a educação especial.

2. COMPREENDENDO O AUTISMO

De acordo com estudos em Silva (2012, p. 9), no Brasil, a história da educação especial iniciou na segunda metade do século XIX, pois, anteriormente a esse período, as pessoas com deficiência eram vítimas de abandono e negligência. Desse modo, a escolarização destes indivíduos se deu de maneira não regular, ou seja, aconteciam por meio das escolas anexos a hospitais psiquiátricos e instituições especializadas. Assim, consideramos que na época supracitada, a educação especial brasileira foi marcada pela segregação.

A partir desse cenário, já na década de 1960, Silva (2012, p. 9) relata que existiu em nosso país um elevado número de instituições voltadas para a prática dessa educação segregadora, tida como especial. Entretanto, essa realidade começa a ser questionada, ocorrendo reivindicações por direitos de escolarização para que estes indivíduos fossem integrados no sistema de ensino regular.

Nessa perspectiva histórica e social da educação inclusiva, o movimento pela busca de uma verdadeira inclusão no ambiente de ensino regular só obteve maior êxito a partir da década de 1990, com a elaboração de Leis que asseguram esses direitos, como no artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, garante “a educação como um direito de todos” e artigo 206, I “a igualdade de condições de acesso a e permanência na escola”. Ou seja, todos os cidadãos têm direitos garantidos legalmente, independente do seu desenvolvimento físico ou mental.

Retornando a década de 1940, é relevante mencionar o surgimento da Síndrome do Transtorno Espectro Autismo pelo psiquiatra austríaco, Leo Kanner. Sendo ele o primeiro pesquisador a estudar sobre a síndrome supracitada, se dedicando a pesquisar comportamentos estranhos e peculiares, identificado por estereotípias, como também a dificuldade desses indivíduos em manter relações interpessoais, ou seja, de se relacionarem com outras pessoas.

De acordo com Orrú (2012, p.18), Leo Kanner, em 1943, publicou a primeira investigação detalhada sobre a síndrome (TEA), ele relatou o caso de onze crianças que apresentavam quadro de “autismo extremo, obsessividade, estereotípias e ecolalia”, classificando-o como “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”. Segundo ele, as crianças observadas “apresentavam características como: “incapacidade de relacionamento com pessoas, atraso e alterações na aquisição e uso da linguagem e compulsividade em deixar o ambiente intacto, como também uma necessidade de repetir uma sequência de atividades limitada ritualizada.” (2012, p.18) E mais, essas crianças demonstravam viver distante em seus pensamentos, como se estivessem a viver fora de si, em um mundo separado, além de não responderem aos estímulos externos, porém, em alguns momentos, eram sujeitos amáveis, inteligentes e com excelente memória.

A partir desse estudo, a sociedade mundial passou a pesquisar e buscar conhecer as particularidades biológicas e sociais da síndrome, com objetivos distintos, como a qualidade de vida, reconhecimento da origem e causa, além de questões sociais e educacionais. Adentrando no século XXI, é relevante apontarmos o estudo realizado no Estado de São Paulo, município de Atibaia, na década de 2011, acerca do autismo. Como resultado um sinal de alerta foi lançado, uma vez que detectaram cerca de um cidadão autista para 367 crianças.

A idade média do diagnóstico do espectro nesse estudo, resultou em números

etários de 4 anos e 11 meses, porém, tendo grande variação não podendo ser considerado como uma marca para diagnósticos. A referida pesquisa enfatizou a necessidade de maiores investimentos em pesquisas sobre a temática, ressaltando que no aspecto quantitativo, ainda não se há uma precisão na quantidade de brasileiros com TEA, são apenas estimativas que seguem os direcionamentos da Organização Mundial de Saúde, que indica uma quantidade aproximada de dois milhões de autistas, conforme a revista autismo em sua nona edição.

Etimologicamente, o termo autismo deriva da palavra autós, do Grego, com significado no termo “por si mesmo”, sendo comumente utilizada na psiquiatria, associada a indicação de comportamentos humanos centralizados em si mesmo. Seu significado na área da medicina está associado a desordem neurobiológica. Sua concepção, a partir dos autores estudados, sobretudo Arvigo e Schwartzman (2020, p. 19), aponta para um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistente na comunicação e na interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, de interesses e/ ou atividades. Esse transtorno geralmente se manifesta cedo, na primeira infância, antes mesmo do início escolar, podendo ser do nascimento até, em torno, dos três anos de idade.

Complementando a concepção do termo, buscamos na obra “Mentes Únicas” (2020, p. 41), embasamento neurobiológico, a fim de nos auxiliar ao longo do estudo no aspecto educacional, enfocando a aprendizagem das crianças com TEA. Os autores da referida obra enfatizam que o cérebro humano é uma complexa rede organizada por funções e habilidades que concentra vários tipos de células neurais. Por meio dos neurônios os sujeitos pesam, agem, interpretam, sentem, raciocinam e identificam.

Entretanto, no que tange o cérebro da criança com TEA, essa grande rede se encontra desorganizada e apresenta uma modelagem anormal, impedindo que o funcionamento seja pleno. Ou seja, o cérebro não está organizado para receber informações simples de relações sociais, pois os neurônios não se articulam de forma coordenada, dificultando a realização das tarefas e os processos sociais do ambiente.

Assim, o autismo se caracteriza como um transtorno de desenvolvimento que afeta de maneira decisiva e predominante nossa capacidade de percepção social, sendo essa, a habilidade responsável que o cérebro tem em relacionar com o meio social, permitindo que possamos “reconhecer, elaborar, antecipar, processar e

responder de forma coerente e equilibrada a um contexto e/ou em contato social”.

Conforme o DSM-5 (2014, p. 853): o autismo é caracterizado por déficits na comunicação social e interação social e padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades. Brites (2019, p.424) descreve as características do TEA relacionadas com alterações comportamentais, divididas em três eixos que são: disfunção executiva, que é a incapacidade de cumprir tarefas ou combinados sociais, coerência central que é a capacidade de interpretar uma situação toda a partir de uma parte e teoria da mente que é a empatia. Esses eixos no TEA se encontram incompletos ou ausentes.

Para Mello (p.26) o déficit na comunicação e integração acontece quando ocorre atraso na fala, interpretação literal, dificuldade para interpretação corporal, dificuldade para expressar sentimentos, hiperatividade sensorial, entre outros. O segundo déficit ela descreve afetado por consequência do interesse restrito, interesse esse que pode ser único por um longo período de tempo, habilidades incomuns e dificuldades com mudanças. As habilidades defasadas do autismo prejudica não apenas a relação social, mas a empatia, aprendizagem, desenvolvimento e principalmente a autonomia.

A partir dessa concepção, nosso estudo procurou definir os níveis de gravidade do TEA a partir do Manual Diagnóstico e Estatístico de transtorno Mental, o DSM-5 (2014, p.52), que apresenta uma classificação a partir da articulação entre a intensidade de cada indivíduo e a comunicação social e os movimentos restritivos e repetitivos, conforme explanamos no quadro que segue:

Quadro 01: Níveis e característica do autismo

Níveis	Comunicação Social	Comportamentos restritivos e repetitivos
Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, limitação em iniciar interações sociais e resposta mínima a	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.

	aberturas sociais que partem de outros.	
Nível 2 “Exigindo apoio substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal, prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio, limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem dos outros.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
Nível 1 ” Exigindo apoio “	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode aparentar pouco interesse por interações sociais	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Fonte: As autoras, embasado no Manual Diagnóstico e Estatístico de transtorno Mental-DSM-5 (2014, p. 52)

Além das peculiaridades de cada grau de comprometimento, Arvigo e Schwartzman (2020, p. 19), salientam a deficiência intelectual como sendo um agravante as características do sujeito com TEA, sendo inclusive considerado comum, com uma prevalência média de 30%. Essa comorbidade, a partir do DSM-5, é definida como alterações do funcionamento da mente que prejudicam o desempenho humano. Acerca dos sintomas, explana o Manual Diagnóstico e Estatístico de transtorno Mental,

O transtorno do espectro autista não é um transtorno degenerativo, sendo comum que aprendizagem e compensação continuem ao longo da vida. Os sintomas são frequentemente mais acentuados na primeira infância e nos primeiros anos da vida escolar, com ganhos no desenvolvimento sendo

frequentes no fim da infância pelo menos em certas áreas (p. ex., aumento no interesse por interações sociais). Uma pequena proporção de indivíduos apresenta deterioração comportamental na adolescência, enquanto a maioria dos outros melhora. Apenas uma minoria de indivíduos com transtorno do espectro autista vive e trabalha de forma independente na fase adulta; aqueles que o fazem tendem a ter linguagem e capacidades intelectuais superiores, conseguindo encontrar um nicho que combine com seus interesses e habilidades especiais. Em geral, indivíduos com níveis de prejuízo menores podem ser mais capazes de funcionar com independência. Mesmo esses indivíduos, no entanto, podem continuar socialmente ingênuos e vulneráveis, com dificuldades para organizar as demandas práticas sem ajuda, mais propensos a ansiedade e depressão. (2014, P.56)

Por meio dessas informações, pensando na temática do referido estudo, reforçamos a necessidade de um trabalho multidisciplinar para o desenvolvimento individual da criança com TEA, sobretudo na articulação entre família e escola, além da rede de apoio.³ Contudo, para que os objetivos sejam alcançados ou que o desenvolvimento conquistado seja percebido como positivo, além de uma estrutura física adaptada é relevante que os especialistas estejam trabalhando em conjunto e na mesma direção.

3. LINGUAGEM E ALFABETIZAÇÃO

Desde os primórdios o homem já fazia uso da comunicação em suas diferentes formas. Tais expressões de linguagem, na atualidade, não acontecem somente por meio da fala, mas, a partir dos sentimentos e ações, como o choro da criança que ainda não fala, além de outros estímulos como anúncios de outdoor, placas indicativas, propagandas entre outras que simbolizam o processo comunicativo social e coletivo. É por meio da linguagem que o indivíduo realiza sua interação social e cultural, avançando em seu desenvolvimento social e definindo sua própria identidade.

Refletindo a partir da temática desse estudo, das características propícias ao

³ Segundo Inocêncio, 2021, p. 79-80 – Rede de apoio se caracteriza como: [...] a rede de apoio, a qual podemos definir como os diversos profissionais que auxiliam no avanço de pessoas deficientes. A criação de uma rede intersetorial e interdisciplinar de apoio à implementação da política de educação inclusiva e da política de saúde da pessoa com deficiência se viabiliza por meio de estratégias promotoras de saúde e educação, objetivando o atendimento à diversidade social e a atenção às necessidades educacionais especiais dos alunos. Portanto a implantação de uma Rede de Apoio à Educação Inclusiva tem como função: ampliar a atenção integral à saúde do aluno com necessidades educacionais especiais; assessorar as escolas e as unidades de saúde e reabilitação; formar profissionais de saúde e da educação para apoiar a escola inclusiva; assessorar a comunidade escolar na identificação dos recursos da saúde e da educação existentes na comunidade e orientar quanto à utilização destes recursos; informar sobre a legislação referente à atenção integral ao aluno com necessidades educacionais especiais e sobre o direito à educação e sensibilizar a comunidade escolar para o convívio com as diferenças

Transtorno Espectro Autista, conforme elucida Orrú (2012, p. 38), a linguagem e a comunicação concentram o maior obstáculo, uma vez que poucos desenvolvem habilidades para conversação, embora muitos desenvolvam habilidades verbais, porém, não em sua totalidade.

Para Ferreira e Orlandin (2020, p. 49) no TEA, as variações de linguagem quase sempre são definidas por atrasos relevantes ou ausência total desta habilidade e as expressões quando existentes, mostram padrões atípicos de prosódia, e muitas vezes a comunicação acontece por meio de gestos, elas também manifestam dificuldades em iniciar ou manter diálogos, em compreender palavras e frases usadas pelo interlocutor e em interpretar diferentes formas explícitas. Assim, é relevante compreender que para as crianças autistas as palavras devem ser claras, objetivas e diretas.

Nessa linha, os autores Cancino e Kaufmann (2018, p. 27), mencionam sobre o déficit de intenção comunicativa da criança autista, que é geralmente utilitária, pois ela se comunica quando necessário ou inevitável, por exemplo: quando ela precisa pegar algo, ela pega na mão do adulto e o leva no objeto desejado, ou seja, a criança encontra meios de se comunicar com o outro para satisfazer seu desejo.

Orrú (2012, p.76) explana que a comunicação clara e objetiva é de extrema importância para a relação do ser humano, pois além da interação social, ela envolve sentimento e autoestima do indivíduo. Nesse sentido, é relevante a contribuição de Vygotsky que fundamenta a participação do outro na constituição do sujeito em relação ao mundo, por meio da ação mediadora.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio em um sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas por meio do prisma do ambiente da criança. O caminho do objetivo até a criança e desta até o objetivo passa por meio de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. Vygotsky (1994, p.40 apud Orrú 2012, p.76)

Dentro das perspectivas da possibilidade de alfabetizar crianças diagnosticada com autismo, Santos (2016, p.47) de acordo com estudos em Vygotsky, afirma que todos os indivíduos têm capacidade em aprender e desenvolver desde que estejam inseridos em um ambiente adequado para cada situação. Ou seja, a adaptação e o espaço físico deve estar de acordo com a deficiência que o

aluno apresenta, e assim, o professor ter condição de proporcionar a equidade de aprendizagem para este indivíduo.

Para tanto, esse contexto alfabetizador em escola regular, que deve acontecer dentro do primeiro ciclo do ensino fundamental, passa a contar com recursos de tecnologia assistiva, além de formação docente continuada apropriada, somado ao conhecimento da equipe diretiva, além da família aproximada a instituição escolar, juntamente com os profissionais da rede de apoio. Esse conjunto articulado auxiliará no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, no movimento de ensino e aprendizagem da criança autista.

A alfabetização para a criança com TEA se diferencia em alguns aspectos da alfabetização aplicada para a criança sem o transtorno, ou seja, é preciso ir além, respeitando ainda mais o tempo e o desenvolvimento da criança, vibrando com suas conquistas e ampliando o conhecimento para auxiliar a criança na decodificação do código escrito.

Ainda em relação ao aprendizado da criança com transtorno, Santos (2016, p. 47) ressalta a importância de esclarecer o que está posto sobre o desenvolvimento delas pois é comum ver a prática pedagógica desprezar a capacidade do aluno, por ser deficiente, não acreditando em seu potencial, não oportuniza o aluno a avançar nas atividades ofertadas, supondo que ele não tenha capacidade de ascensão.

Desta forma, o autor prossegue afirmando que “[...] a educação de pessoas com deficiência deve voltar-se para a construção das) funções psicológicas superiores e não privilegiar as funções elementares. (p.48)” Santos, explana que as funções elementares já estão prejudicadas e o que está faltando não contribui para o desenvolvimento da criança, ou seja, o professor deve estimular o aluno no que ele tem de positivo e acreditar no seu potencial.

Para Vygotsky (2000, apud Santos, 2016, p. 40) a história da sociedade e o desenvolvimento do homem estão plenamente ligados, de maneira que não seria concebível separá-los. A criança desde seu nascimento está em permanente convívio com os adultos, pois eles tendem a passar seus costumes de relacionar e sua cultura, sendo, através dessa relação com os adultos que os processos psicológicos mais complexos vão tomando forma, desta maneira, a presença do outro na formação do ser humano em sua relação com o mundo é essencial na perspectiva histórico-social.

Desta forma, o trabalho do professor alfabetizador vai além de ensinar a ler e

escrever⁴, ele deve estar atento a tudo que envolve o estado do aluno, suas atitudes, seu comportamento e seu desenvolvimento. Como ressalta Valle (2013, p. 34) acerca da interação entre os pares e a aquisição da linguagem,

O simples ato de falar com a criança é um ótimo recurso para desenvolver a linguagem do aluno e propiciar-lhe uma excelente ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem. Ao falar com a criança, estamos interagindo com ela e possibilitando que se desenvolva.

Assim, é válido enfatizarmos que antes mesmo do docente propor um trabalho alfabetizador com crianças com autismo, é necessário conhecer a forma de comunicação dela com os outros, os seus interesses e qual a sua forma de aprender. Naturalmente que esse movimento de conhecimento pode ser construído gradativamente, porém, uma escola bem articulada com a família e rede de apoio, tem um ponto de equilíbrio e partida, se distanciando de um trabalho iniciado sem compreensão e embasado em tentativas.

Além da percepção do que é alfabetizar e das articulações docentes supracitadas, a alfabetização proporciona uma relação singular com habilidades básicas⁵ que auxiliam na compreensão do todo, como do próprio ambiente e das formas de representação da linguagem, auxiliando a criança alfabetizadora com TEA a interagir com o meio e com a comunidade escolar.

Contudo, o docente assume papéis fundamentais no desenvolvimento da alfabetização da criança autista, e ações diárias de sua profissão, do seu fazer docente, se intensificam, como o próprio planejamento, devendo assumir um papel ainda mais flexível e mutável, considerando, sobretudo, as características individuais de cada criança, seu potencial e interesse, além de dar atenção acentuada para a forma que se comporta. Nesse cenário, Rocha (2020, p.134) enfatiza que “O conteúdo do programa de uma criança autista deve estar de acordo com seu potencial, de acordo com sua idade e de acordo com seu interesse”.

⁴ Tomamos como concepção de alfabetização o aprendizado da escrita e da leitura, tendo início, meio e fim, e que esta ação acontece por meio da mediação orientada por um conjunto de habilidades básicas, que proporciona a compreensão do ambiente e das formas de representação da linguagem, também de ajudar o indivíduo a interagir em sociedade. ROCHA, (2020, p.133).

⁵ Compreende-se por habilidades básicas: esquema corporal, orientação espacial, orientação temporal, coordenação motora, análise e síntese visual, e auditiva, habilidades visuais, memória cinestésica, linguagem oral, habilidade auditivas, ritmo, percepção, lateralidade, Prontidão para alfabetização. ROCHA (2020.p.134).

Dessa maneira, a formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores é tão significativa, justamente para que conheça as peculiaridades da síndrome, auxiliando na promoção das atividades propostas, bem como na relação que deve ser construída entre professor e estudante. Assim, Rocha reafirma algumas atitudes docentes nesse movimento alfabetizador e de desenvolvimento da criança com TEA,

“ensinar coisas funcionais; a interação com objetos e com situações do meio deve se realizar em conjunto com os trabalhos que envolvem a socialização e os cuidados pessoais; explorar recursos visuais; algumas instruções verbais devem ser acompanhadas de uma imagem de suporte; dar continuidade ao ensino (repetições são necessárias); reforçar com elogios, sempre que surgir um progresso; destacando as potencialidade frente às dificuldades; proporcione ajuda de acordo com as necessidade da criança; incentive a participação; respeitando suas necessidades” (2020, p.135)

O professor deve estreitar laços, construindo uma relação pautada no respeito e no carinho, buscando promover sentimentos positivos da criança com a instituição escolar, suprimindo as possíveis carências, como se sentir amado, seguro e confiante. Esses sentimentos ajudam na interação social, bem como no desenvolvimento da aprendizagem.

A partir dessas constatações, afirmamos que é possível alfabetizar as crianças com Transtorno Espectro Autista, entretanto, é preciso planejamento, conhecimento e articulações entre a tríade família, escola e rede de apoio. As crianças com TEA também possuem potencial para aprender e dominar a alfabetização, sobretudo a partir das orientações pontuais do professor, do ensino funcional e de atividades capazes de despertar o interesse dessas crianças.

O movimento alfabetizador da criança autista, obrigatoriamente, deve considerar os limites de cada indivíduo, o grau de deficiência e as suas peculiaridades, itens que determinam e orientam quanto a busca de estratégias, adaptações curriculares e metodológicas, além da busca por recursos assistivos, promovendo uma inserção e inclusão adequada no ambiente escolar.

4. A LEGISLAÇÃO GARANTINDO O DIREITO DE EDUCAÇÃO DOS ESTUDANTES COM TEA

Barreto e Costa, (2020, p.155) traz uma questão muito relevante no processo de inclusão social, embasado na Lei que protege os direitos das pessoas com deficiência e nos auxilia nesse movimento de inclusão educacional, sobretudo no aspecto social que diretamente interfere no bem estar da criança com deficiência e influencia as suas possibilidades de aprendizagem.

A escola regular percorreu determinações legais para que o processo de inclusão fosse realizado nas instituições de ensino, como o reconhecimento do autismo como deficiência, por exemplo. Nesse cenário, é relevante mencionarmos que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que o autismo é um transtorno mental do desenvolvimento e que não tem cura, entretanto, pode ser tratado e reabilitado para a adequação ao convívio social e suas atividades, não sendo considerado uma doença. Porém, na década de 2012 no Brasil, com o advento da Lei nº 12.764 de 27 de dezembro do ano supracitado, ficou instituído a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com TEA, passando assim, considerar o transtorno como deficiência.

Ainda os autores Barreto e Costa explanam (2020, p. 155) sobre os direitos na Lei 12.764/12, que prevê em seu artigo 3º que a pessoa com TEA possui direito à vida, à integridade física e moral, ao desenvolvimento da personalidade, à segurança, ao lazer, à proteção a qualquer forma de abuso ou exploração, acesso a ações e serviços de saúde, o que inclui diagnóstico precoce, atendimento multidisciplinar, nutrição, medicamentos e informações sobre o diagnóstico e tratamento, acesso à educação e ensino profissionalizante, moradia, inclusive à residência protegida, mercado de trabalho, previdência social e assistência social.

Pensando na educação regular e no processo de inclusão, posteriormente, é pontuado no artigo 208, inciso III, o dever do Estado com a educação, que deverá ser efetivado por meio de atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência e preferencialmente na rede regular de ensino. Já em seu artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, prevê que é direito da pessoa com TEA o acesso à educação, e no parágrafo único garante o direito de um acompanhante especializado, prevendo ainda no artigo 7º que a recusa de matrícula de pessoa com TEA ou qualquer outra deficiência acarreta multa, em caso de reincidência, a perda do cargo.

É importante também mencionar que a obrigatoriedade de aceitação, inclusão, acessibilidade disposição de um professor auxiliar, sem qualquer custo adicional aos pais/responsáveis, aplicando-se as escolas das redes pública e particular, sendo o

tema declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para auxiliar nesse processo, há também significativas contribuições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, no artigo 59 que recomenda que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para considerar às suas dificuldades incumbir-se a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Como também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado”

Nesse cenário legal de garantia de direitos há outros documentos que defendem a educação como os demonstrados na tabela que segue:

DOCUMENTOS RELEVANTES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
UNESCO – Declaração de Jomtien	Proclamado na Confederação Mundial de Educação para todos, na Tailândia, o documento reafirma a educação como um direito de todos
Declaração de Salamanca	Documento oriundo da Confederação mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade, realizada na Espanha, cujo objetivo é a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais
Convenção da Guatemala	Transformada em decreto presidencial, o documento reafirma os direitos humanos e as liberdades fundamentais à discriminação com base na sua deficiência

Fonte: As autoras, 2021.

Apesar dos documentos não nortear o processo alfabetizador das crianças

com TEA, procuram garantir o direito de acesso e permanência do estudante com deficiência na escola regular, proporcionando condições de desenvolvimento social e cognitivo.

Diante do exposto fica, evidente que as pessoas com deficiência estão amparadas perante a Lei. Sendo de extrema importância que todos tenham acesso ao conhecimento sobre o assunto, para assim fazer uso de seus direitos.

5. METODOLOGIA

A referida pesquisa está embasada em uma metodologia bibliográfica, pois ela traz conhecimentos que ajudam no desenvolvimento humano, como afirma Severino (2007, p. 26),

“O conhecimento só se legitima se for mediação da intencionalidade da existência histórico-social dos homens. Aliás, o conhecimento é a única ferramenta de que o homem dispõe para melhorar sua existência”.

Ou seja, o homem está em constante busca de novos conhecimentos, sendo possível através das pesquisas. Assim, Severino reafirma as especificidades da abordagem bibliográfica,

[...]sendo aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc., Utiliza - se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam – se fontes dos temas a serem pesquisados, e assim o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos. (SEVERINO, 2007, p.122).

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183) a pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, abrange toda biografia já tornada pública em relação ao tema estudado como: boletim, jornais, revistas, monografia etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito [...]

Para tanto, corroborando nesse movimento, apresentamos as características relevantes da abordagem qualitativa e que alguns dos pontos abaixo nos embasaram metodologicamente nesse estudo, conforme INOCÊNCIO (2021),

Não há um processo pronto e acabado na e para a formulação de problemas.
As hipóteses não são testadas, elas são construídas durante o processo e se aprimoram com a coleta de dados, se caracterizando como resultado do estudo.
A coleta de dados não é pré-determinada, podendo ocorrer sob diferentes olhares e perspectivas; Não é padronizada.
A observação dialogal, observação não estruturada, entrevistas abertas, revisão de documentos, discussão em grupo, avaliação de experiências pessoais, registro de histórias de vida e interação com grupos são técnicas de coletas de dados.
O processo da indagação é mais flexível e se move entre as respostas e o desenvolvimento da teoria. Seu propósito consiste em reconstruir a realidade, da mesma forma como ela é observada pelos atores de um sistema social previamente definido.
O pesquisador é introduzido nas experiências dos participantes e constrói o conhecimento, sempre consciente de que é parte do fenômeno estudado.
Postula que a realidade é definida por meio das interpretações que os participantes da pesquisa fazem a respeito de suas próprias realidades. [...] há uma convergência de várias realidades.

Fonte: Inocêncio, Kellin. Alfabetizar com Paulo Freire: Aprendendo a Ler a Palavra pela leitura do mundo. Curitiba, 2021.

Nesse cenário pesquisados, as autoras Manzo (1971, p. 32) esclarece que a biografia pesquisada “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”, e tem por objetivo permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”. Dessa maneira, relacionado ao nosso estudo, consideramos a metodologia mais adequada para nos aprofundarmos na temática, bem como termos ciência do que já foi pesquisado e nos orientando na busca de possíveis soluções a partir da problemática abordada.

Enfatizando a escolha da metodologia, nos embasamos nas autoras Lakatos e Marconi explicam que desta forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certos assuntos, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando à conclusão inovadoras.

Justapondo ao aspecto bibliográfico, a pesquisa se colocou a partir da abordagem qualitativa a partir do enfoque de Creswell (2010, p.206) “a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, e métodos de coleta, análise e interpretação de dados.” Na análise de uma investigação qualitativa não são utilizados dados numéricos e sim a análise de

questões importantes do trabalho científico.

Em suma, a pesquisa analisa e interpreta os cenários postos, excluindo as possibilidades numéricas de dados, entretanto, valorizando a investigação do ambiente natural, onde os atores vivem e participam, uma vez que o enfoque não em medir e sim compreender o objeto de pesquisa, baseados em observações e vivências do pesquisador (Perovano, 2016).

Assim, consideramos os autores de base, bem como as questões legais que perduram a contemporaneidade e, como um caminho percorrido na pesquisa, buscamos artigos científicos e livros na área da educação e do desenvolvimento, além dos clássicos da alfabetização infantil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de estudos legais que foram gradativamente inseridas na sociedade, verificamos a construção de uma trajetória dentro da inclusão de pessoas com deficiência, bem como, a partir de teorias e colaborações dos pesquisadores citados ao longo do trabalho, pudemos perceber que é possível avançar ainda mais nessa temática e proporcionar aos estudantes com deficiência melhores condições inclusivas e de desenvolvimento, isso inclui o processo de alfabetização de crianças com TEA.

No entanto, essa educação ainda não é a exemplar, desejada, pois ela ainda se fragmenta se a observarmos como um todo e enfocando a educação como equidade. A fim de romper com os paradigmas educacionais, faz-se necessário uma ruptura no sistema educacional. Iniciando, por exemplo, com a divulgação de informações e o cumprimento da lei em sua totalidade, pois não existe em muitas situações peculiares que vão de encontro aos direitos adquiridos por Lei. Um exemplo disso é a omissão familiar por desconhecer os direitos previstos na Lei nº 12.764 que aborda as peculiaridades dos direitos das crianças autistas, sobretudo no que tange ao acompanhamento em período escolar.

Outra questão importante para ser analisada é a relação da capacitação dos profissionais, onde muitos se acostumam com a situação imposta e não buscam capacitação continuada para mudar o cenário, tornando - se conivente com o descaso

que acontece no ambiente escolar com o aluno de inclusão. Os profissionais da área da educação, precisam ser capacitados para assim desenvolver um trabalho diferenciado, tendo o cuidado com as peculiaridades de cada indivíduo e acreditando em seu potencial.

Que o professor seja ciente que esse aluno nem sempre vai demonstrar interesse, curiosidade ou compreensão, porém é necessário a persistência e a intervenção, pois esse aluno não aprende de maneira convencional. Ou seja, o trabalho com a criança autista, requer planejamento sobretudo em consideração as características individuais de cada criança, seu potencial e interesse. O profissional precisa inicialmente conhecer o aluno, para assim planejar como trabalhar, pois não há atividades prontas e sim precisa ser adaptada para cada caso.

Para tanto, a fim de responder a pergunta de pesquisa, concluímos que a alfabetização de crianças com TEA é possível, entretanto, é preciso um conjunto de situações. Tais condições específicas envolvem desde o conhecimento prévio docente do Transtorno Espectro Autista, bem como do estudante e suas especificidades biológicas e familiares. Além desses pontos supracitados, os recursos e metodologias assistivas são relevantes, associadas a aproximação positiva da família com a escola. Finalizando, o movimento social, de aceitação e de sentimentos que acolham o estudante com TEA são aspectos fundamentais e que auxiliam na alfabetização dessas crianças, promovendo o desenvolvimento na aquisição da leitura e da escrita.

REFERÊNCIAS

CANCINO, Miguel Antonio Higuera Cancino. Kaufmann, Jôse Flavia Kaufmann **Intervenção em autismo: o modelo de atenção conjunta e modelação emocional (ACME)**: Rio de Janeiro: Wak ,2018.

INOCÊNCIO, Kellin Cristina Melchior Inocêncio. **O papel da Escola, da família e da sociedade no desenvolvimento da criança com deficiência**. Curitiba: Intersabere, 2020.

INOCÊNCIO, Kellin Cristina Melchior Inocêncio. **Alfabetizar com Paulo Freire: Aprendendo a Ler a Palavra pela leitura do mundo**. Curitiba, 2021.

Santos, Emilene Coco dos Santos. **Linguagem Escrita e a criança com autismo**: Curitiba: Appris, 2016.

SERRA, Dayse Serra. **Alfabetização de alunos com TEA**: Rio de Janeiro: E - Nupes, 2018.

SERRA, Tatiana Serra. **Autismo um olhar a 360°**/ Coordenação Tatiana Serra – São Paulo: Literare Books Internacional, 2020.

SILVA, Aline Maria da Silva. **Educação Especial e Inclusão Escolar**: história e fundamentos. [Livro eletrônico] Curitiba: Intersaberes, 2012.

ORRÚ, Sílvia Ester Orrú. **Autismo, Linguagem e Educação: intervenção social no cotidiano escolar**: 3 ed. Rio de Janeiro: Wark, 2012

VALLE, Luciana de Luca Dalla Valle. **Metodologia da alfabetização**: [Livro Eletrônico] Curitiba: Intersaberes, 2013

<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf> = acesso em 11/09/2020

BRASIL. Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm = cesso em 23/09/2020

BRASIL. Decreto nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato/2011-2014/2012/lei/l12764.htm> = acesso em 23/09/2020.

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> = acesso em 23/09/2020

Declaração de Salamanca. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> = acesso em 23/09/2020

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/quatemala.pdf> = acesso em 23/09/2020

Revista Acadêmica Oswald Cruz. **Da comunicação visual Pré-histórica ao desenvolvimento da linguagem escrita, e, a evolução da autenticidade documentoscópica.** Disponível em:

<http://revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Maria%20Cec%C3%ADlia%20Blumer%20Grobel.pdf> = acesso em 06/10/2020

Revista Autismo. **Quantos Autistas há no Brasil.** Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/geral/quantos-autistas-ha-no-brasil/> = acesso em 17/09/2020

Revista Autismo. **O que é Autismo.** Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/o-que-e-autismo/> = acesso em 20/09/2020